



Jerome H. Farbar/Domínio público/Wikimedia Commons

Revolução Industrial e circuitos mercantis globais: a crise da escravidão no Império britânico

Tâmis Parron

resumo

Revisitando o debate sobre capitalismo e escravidão, este artigo ilumina as relações materiais entre Revolução Industrial e crise da escravidão negra no Império britânico a partir das perspectivas da teoria crítica e do sistema-mundo. Depois de sugerir que o debate invisibilizou o capital como categoria de análise histórica, argumento que a Revolução Industrial desencadeou um processo de ampliação de circuitos mercantis sobre o Atlântico e o Indo-Pacífico que estabeleceu relações tensas com fronteiras mercantis escravistas dentro e fora do Império britânico. Essas relações se tornaram uma poderosa mediação material entre a crise da escravidão negra nas *West Indies*, a ascensão do escravismo nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil e o avanço do neoimperialismo no Oriente.

Palavras-chave: capitalismo; escravidão; Revolução Industrial; circuitos mercantis.

abstract

Reviewing the debate on capitalism and slavery, this article emphasizes the material relationship between the Industrial Revolution and the crisis of black slavery in the British Empire from both critical theory and world-system perspectives. After suggesting that the debate made capital invisible as a category of historical analysis, I argue that the Industrial Revolution set in motion a process of expanding mercantile flows over the Atlantic and Indo-Pacific that established strained relationships with slave mercantile frontiers within and outside the British Empire. These relations became a powerful material mediation between the black slavery crisis in the West Indies, the rise of slavery in the United States, Cuba, Brazil, and the advance of neoimperialism in the East.

Keywords: *capitalism; slavery; Industrial Revolution; mercantile flows.*

Q

uando o Império do Brasil declarou sua Independência em 1822, o país integrava o clube das potências que haviam apostado sua sorte na sorte da escravidão negra, ao lado dos Estados Unidos e de impérios ultramarinos europeus como Grã-Bretanha, França e Espanha. Desde a Era das Revoluções os enclaves de *plantation* das Américas tinham se tornado

especialmente dinâmicos. Eles haviam massificado a oferta de açúcar, café e algodão, matérias-primas demandadas como insumos de máquinas e alimentos de trabalhadores no Atlântico Norte, e assim pretendiam continuar fazendo nas décadas seguintes. Em algum momento, no entanto, as forças de mercado, esses motores da escravidão, esbarraram na ascensão do abolicionismo, e as sociedades escravistas começaram a cair uma a uma como peças de dominó. Primeiro

o Caribe francês e britânico, depois os Estados Unidos e então todos os outros, inclusive o Império do Brasil. Um choque de movimentos contrários e independentes nos campos da economia e da política explicaria a ascensão e queda da escravidão negra nas Américas do século XIX.

A narrativa acima reproduz, a traços largos, o estado atual da arte nos estudos sobre capitalismo e escravidão. “O declínio da Jamaica em riqueza e importância geopolítica”, escreveram os historiadores John Garrigus e Trevor Burnard (2016, p. 23), foi provocado “pelo poder crescente de uma força que os senhores da Jamaica mal

Gostaria de agradecer a Hélio Nogueira da Cruz, Alexandre Saes e Guilherme Grandi o convite para este dossiê. E a Paulo Henrique Pereira e João Victor Leite os preciosos comentários sobre versões anteriores do texto.

TÂMIS PARRON é professor do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

reconheceram antes de 1788 – a campanha dos abolicionistas pelo fim do tráfico negreiro e, nos anos 1820, da abolição da própria escravidão”. A economia tece, a política destece: os fios da vida do escravismo repetem seu destino por toda parte. “A escravidão”, afirmou Robin Blackburn (1988, p. 520), generalizando a interpretação para toda a América, “não foi erradicada por razões econômicas, mas apenas onde ela se tornou politicamente insustentável”. Considerando o cativo humano uma instituição economicamente poderosa, mas frágil do ponto de vista político, essas leituras tratam processos materiais e processos simbólicos, economia e política, como pares de ontologias opostas: autônomas, autorreferentes, incondicionadas. E porque separam a arena local de ações políticas dos processos mais amplos de troca econômica, elas também apresentam a história da abolição como uma sequência de variações nacionais do mesmo tema (Drescher, 2009; Paquette, 2018)¹.

Nas páginas a seguir, esboço uma alternativa ao jogo combinado de dualidades ontológicas e narrativas nacionais que predomina na história da escravidão. Nas duas primeiras partes, sugiro que a literatura sobre capitalismo e escravidão invisibilizou o capital como categoria de análise histórica; e argumento que a Revolução Industrial redefiniu os ritmos sociometabólicos do capital, forçando a Grã-Bretanha a redesenhar a geografia mundial dos seus circuitos mercantis. Nas duas últimas

seções, sugiro que a escravidão do Caribe britânico sofreu uma profunda crise de legitimidade no interior dos novos circuitos mercantis do capital industrial e que essa crise, longe de se esgotar nos limites dos domínios britânicos, também se formou sob as pressões competitivas das fronteiras mercantis da escravidão nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil. Ao longo do texto, meu ponto de apoio será o debate público na Grã-Bretanha sobre a proteção tarifária ao açúcar das suas colônias de *plantation* no Caribe depois de 1815. À primeira vista, a questão é técnica e inconsequente (Drescher, 2002, pp. 106-20): o açúcar do Caribe pagava um terço a menos que o açúcar da Índia por volume declarado na alfândega da Grã-Bretanha, e o *lobby* da Índia pedia a equalização da tarifa. Os assuntos discutidos, porém, iluminam processos que transcendem as dualidades ontológicas e o nacionalismo metodológico das narrativas convencionais.

CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO: IMPENSANDO O CAPITAL

Disputado com intensidade e paixão, o debate sobre capitalismo e escravidão é tema digno de livros, dossiês ou artigos, e não cabe no espaço estreito que lhe reservo aqui. Da sua riqueza e pluralidade posso extrair apenas o que é essencial ao meu argumento. De certa forma, os problemas que vejo nele ainda hoje já estavam presentes na obra seminal de Eric Williams, tanto na sua tese de doutorado, defendida em 1938, como no seu livro que deu origem e nome ao debate, *Capitalism and slavery*, de 1944. Na tese, Williams

1 Essa grade de leitura também enformou o tratamento que Thomas Piketty (2019) dá à escravidão negra quando aborda o peso do cativo na história mundial das desigualdades em *Capital et idéologie*.

argumentou que a ascensão da economia industrial na metrópole criou as condições para a destruição da escravidão colonial no século XIX, ao passo que no livro ele alargou o escopo temporal da análise ao defender também que a escravidão colonial havia possibilitado a industrialização da metrópole. No seu quadro interpretativo, motivações de fundo moral ou meramente políticas são relegadas a um segundo plano e categorias econômicas se tornam personagens centrais. “Ineficiência” do trabalho escravo, “produtividade”, “taxas de lucro” e “interesses econômicos” aparecem para sugerir uma dose de irracionalidade inerente à escravidão. “Que o trabalho escravo era *em si mesmo* uma forma reacionária de produção, tanto do ponto de vista da *produtividade* do trabalho como do pleno desenvolvimento de um mercado capitalista, foi uma lição que a burguesia estava por aprender inteiramente” (2014, p. 39, grifos adicionais). Embora Williams dê flexibilidade histórica a essas categorias, exibindo sensibilidade para articulá-las com fatores geopolíticos como a Independência dos Estados Unidos, a Revolução do Haiti e a colonização da Índia, a presença delas no seu texto serviu como cavalo de Troia para uma profunda revisão do argumento no campo da Nova História Econômica (Engerman, 1972; Aufhauser, 1974; Anstey, 1975; Eltis, 1987; Engerman & Eltis, 2000). Desses ataques, o livro *Econocide* (1977), de Seymour Drescher, teve maiores consequências para o estado atual da questão.

Drescher tentou encarar Williams nos termos do adversário. Visto que Williams havia falado em lucro, produtividade, ineficiência e interesse, Drescher revisou a lucratividade da escravidão, do tráfico

negreiro e do comércio caribenho valendo-se de estatísticas e tabelas de preços, e mostrou que, do ponto de vista empresarial, a reprodução material da economia escravista do Caribe não sofria nenhum tipo de desafio real. Com esse pano de fundo, fixado sempre sobre a saúde econômica das empresas, estudiosos se sentiram encorajados a tratar economia e política como ontologias opostas não só dentro, mas também fora do Império britânico. “Forças políticas, e não econômicas, foram os fatores determinantes na destruição da escravidão”, afirmou Robert Fogel (1994, p. 11) ao falar do cativo nos Estados Unidos. Até simpatizantes de Williams fizeram coro ao tratar da escravidão no Novo Mundo. “A queda dos sistemas escravistas entre 1776 e 1848 não foi causada por interesses econômicos rivais, ou porque esses sistemas não contribuíssem mais com a acumulação do capital, ou pela pressão do mercado”, escreveu Blackburn (1988, pp. 520-1)². A escravidão britânica parecia tão sólida que resistia facilmente até mesmo à ascensão de outros competidores escravistas. “Antes do fim da própria escravidão (e do tráfico negreiro)”, escreveu David Eltis (1987, p. 6), “nem Cuba nem Brasil ameaçaram a liderança britânica na produção de açúcar e café”. As águas caudalosas que derrubaram a fortaleza da escravidão deviam emanar de outras fontes, e os estudiosos passaram então a buscá-las na cultura política revolucionária, nos valores morais do protestantismo e na ação coletiva de

2 Blackburn (2013) revisaria sua posição em *The American crucible: slavery, emancipation and human rights*.

abolicionistas e escravizados (Brown, 2005; Matthews, 2006; Drescher, 2009; Drescher & Emmer, 2021). Devido à centralidade das categorias econômicas clássicas, baseadas nos atores individuais e nas empresas, as histórias do sucesso econômico da escravidão e da sua destruição política puderam ser contadas em separado e no interior de enquadramentos nacionais.

Não é difícil perceber que, no transcorrer do debate, o problema da reprodução material da escravidão e suas relações com o capitalismo, todo um imenso domínio da vida, foi reduzido ao que ocorre dentro da firma escravista, a uma questão de contabilidade empresarial (Tomich, 2014). Em resultado, a Revolução Industrial, um dos objetos da pesquisa original de Williams, e a recomposição histórica do capital que ela engendra se tornaram “impensados” (Wallerstein, 2006), deixaram de ser temas para se tornar pressupostos irreflexivos na análise social sobre a crise da escravidão nas Américas. A seguir, faço um exercício – exploratório, preliminar e incompleto, sem dúvida – para restaurar essas conexões. Informada por diversas vertentes da teoria crítica do valor e da perspectiva do sistema-mundo, minha análise começa pelo problema do capital histórico e dos circuitos mercantis nos quadros da Revolução Industrial.

CAPITAL HISTÓRICO: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E CIRCUITOS MERCANTIS

Deixar por um momento o campo da contabilidade empresarial das *plantations* para entrar no reino dos circuitos mercan-

tis do capital é começar do ponto onde a maioria para: qual é a composição do capital nos quadros da primeira Revolução Industrial? Como se sabe, quando Karl Polanyi (2001 [1944]) escreveu que a Revolução Industrial introduziu uma *grande transformação* no mundo social, uma das coisas que ele quis dizer é que houve de fato uma *grande inversão*. Ao passo que diversas sociedades pré-industriais da primeira modernidade tinham se reorganizado para produzir *commodities*, as sociedades industriais se reorganizaram para comodificar a produção, acelerando brutalmente a transformação dos instrumentos de trabalho, das relações produtivas e da terra em mercadoria. Mediada pela lei do valor, a mecanização em larga escala do processo produtivo – ou a combinação de alta produtividade com um salto na magnitude do investimento em capital fixo – gerou uma série de pressões permanentes em todos os momentos da circulação do capital, desde a oferta de matérias-primas para as máquinas e de alimentação para a força de trabalho até a distribuição e o consumo dos produtos finalizados. Não bastava que essas etapas ocorressem. Era preciso que ocorressem em sincronia. O dinheiro gasto numa ponta, com a compra de máquinas, o pagamento do salário e a aquisição dos insumos, deve ser compensado com o dinheiro recebido na outra, com a venda das manufaturas, dentro de um intervalo adequado para pagar os juros devidos, repor o desgaste das máquinas e remunerar o capital acima das taxas médias de lucro. Ao lado da concorrência, esse intervalo inelástico, o tempo de giro socialmente necessário do capital industrial, é a fonte das pressões de

tempo sobre todos os momentos da acumulação: capturar matérias-primas baratas em escala inédita, engajar trabalhadores mal remunerados em massa, atingir patamares de consumo sem precedentes na história. Se esses ciclos não se completam *just in time*, a roda acumuladora perde sua fortuna (Marx, 2014, 2017; Harvey, 2018).

Em linhas gerais, o capital da Revolução Industrial a que me refiro neste texto não significa o investimento dos industriarcs em suas fábricas; é antes uma totalidade processual que descreve o novo ritmo sociometabólico de organização social das relações globais de valor, uma abstração real que unifica produção, troca, consumo e circulação como “membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (Marx, 2011, p. 53; Adorno, 1972, 1969; Backhaus, 1997; Kosik, 1976). Sob a regência acelerada de suas necessidades metabólicas, formaram-se ao mesmo tempo economias de dispersão e economias de aglomeração que redesenharam as relações espaciais entre campo e cidade, entre consumo e produção e entre capital e trabalho, através de escalas regionais, nacionais e intercontinentais em diversas partes do mundo (Hobsbawm, 1999; Swyngeow, 1997; Massey, 1999; Brenner, 2004).

Concentrado na forma de maquinaria, o capital industrial supôs uma concentração análoga da força de trabalho, na medida em que o compasso ininterrupto do processo produtivo solicitava oferta permanente de trabalhadores, livres da sazonalidade dos ciclos agrários que aprisionam as famílias camponesas (Beckert, 2014) e dispostos a receber o piso salarial necessário à sua reprodução biossocial (Araghi, 2003). Como não podia deixar de ser, essa aglomeração

que gera aglomeração separou o trabalho da moradia nos ambientes urbanos, rompendo com práticas sociometabólicas do mundo agrário, como o plantio e processamento de comida para uso próprio ou venda, e introduzindo padrões de dieta ajustados à disciplina laboral de longos turnos fora de casa, como o consumo massificado de bebidas estimulantes e a ingestão de fontes energéticas de rápida absorção metabólica (Mintz, 1985; Secombe, 1995). Nos últimos 250 anos de história humana, a sociomorfologia urbana tem sua lógica constitutiva: embora nem toda urbanização signifique industrialização, toda industrialização significa urbanização (Lefebvre, 1970/2013).

Por outro lado, as duas aglomerações, de máquinas e de pessoas, presumiram a montagem de um sistema de provisão contínua de natureza barata na forma de matérias-primas e alimentos. Com o custo de produção devendo ser o menor possível na maior escala permitida, as cadeias de abastecimento das máquinas e dos trabalhadores não se restringiram ao raio de alcance mais conveniente. Pelo contrário, espalharam-se por distâncias intercontinentais, delinearão geometrias difíceis na sua busca por regiões aparelhadas com as melhores condições socioecológicas para a geração de insumos e comida em larga escala, de modo permanente e ao menor preço. Como escreveu Marx, “a taxa de lucro é inversamente proporcional à grandeza de valor da matéria-prima” (Marx, 2017, p. 141; Moore, 2015). Espaço físico da malha urbana, a cidade também é apenas um momento de um processo de urbanização estendida que lança seus tentáculos invisíveis sobre zonas agrárias de todo o

planeta, ajustando o ritmo sociometabólico do campo ao ritmo sociometabólico do valor num nível sem precedentes na história humana (Ciccantell & Smith, 2005; Bunker, 1985; Burkett, 1999; Foster, 2000; Brenner & Schmid, 2015).

O jogo entre aglomeração e dispersão também se expressou na separação entre o mercado de trabalho e o mercado consumidor. À medida que a produção industrial comodificou as relações sociais que a alimentavam, o salário se tornou a principal fonte de renda dos trabalhadores e o mercado, o único meio através do qual eles obtinham as quatro necessidades materiais da vida (roupa, alimento, energia, moradia). Essa dupla dependência (Wood, 2013), do mercado para acessar o dinheiro e do dinheiro para acessar o mercado, investiu o salário de uma duplicidade contraditória na economia industrial. Por um lado, quanto mais alto o salário, maior a alocação da renda marginal dos trabalhadores na compra das mercadorias industrializadas, e o dinheiro injetado numa ponta em salários melhores reapareceria na outra como demanda popular, fazendo o mercado consumidor coincidir com o mercado de trabalho. Nesse cenário, como escreveu Braudel (1985, v. 2, p. 159), “a oferta marca encontro consigo própria”. Por outro lado, o salário também pesa sobre o lucro. Quanto menor o seu valor, menores os custos de produção e maiores as taxas de lucro. Desse ponto de vista, o próprio salário limitava o consumo, e então era “preciso buscar a solução do conflito entre a tendência ilimitada à valorização do capital e o limitado poder de consumo da sociedade capitalista, antes de mais nada (mas não exclusivamente!), na expansão da

ordem social capitalista” (Rosdolsky, 1977, p. 385; Luxemburgo, 2021). Era preciso crescer para fora de maneira mais violenta e acelerada, como se a fruta rompesse sua própria casca, fosse incorporando novas levas de assalariados-consumidores dentro do país, fosse conquistando mercados consumidores além das fronteiras nacionais. A frase de Braudel então se inverte, e a oferta marca encontro com o desconhecido.

A redefinição planetária que o ritmo sociometabólico da Revolução Industrial introduziu nas relações entre cidade e campo, entre capital e trabalho e entre oferta e demanda serve de ponto de partida para a reconceituação do debate sobre capitalismo e escravidão dentro do paradigma da teoria crítica e do sistema-mundo. O incremento na magnitude do capital fixo aumentou a demanda por matéria-prima barata, por trabalho assalariado barato (portanto, por alimento barato) e por consumo em massa, criando, de um lado, uma estrutura de demanda produtiva que precisava ser atendida por uma correspondente estrutura de oferta e, de outro, uma estrutura de oferta de industrializados que solicitava consumo massificado. Com isso, a nova composição histórica do capital fixo mudou radicalmente a velocidade do capital circulante, sua corda corre para um lado e para o outro, sempre na iminência de arrebentar na forma de uma crise de *subprodução* de insumos (matérias-primas caras), de *reprodução* social do trabalho (alimentos caros) e de superprodução de mercadorias (manufaturas baratas demais ou não vendidas). Meu ponto é que a nova composição do capital, intensificando os movimentos contrários de aglomeração e dispersão – de uma parte, concentração

de capital fixo, força de trabalho, consumo produtivo e consumo doméstico; de outra, espraçamento da rede provedora de insumos, da rede provedora de alimentos e da rede do consumo de manufaturas –, reconfigurou a geografia mundial daquilo que Fernand Braudel chama de “circuitos mercantis”.

Para Braudel (1985, v. 2, p. 120), as mercadorias descrevem movimentos circulares que, “como circuitos elétricos, só funcionam fechados sobre si próprios”. O algodão cru barato que alimenta as máquinas; o açúcar, o trigo, o chá e o café que cérebros e músculos em ritmo frenético absorvem; os tecidos que vestem o mundo: a transação de cada uma dessas mercadorias tem seu movimento de ida que exige um movimento de volta, cria sua própria geografia planetária, produz, por assim dizer, seu espaço vital. No seu conjunto, os circuitos mercantis atendem ao tempo de giro socialmente necessário do capital, equilibram balanças de comércio e pagamento, são imprescindíveis para estabilizar a moeda de uma nação como dinheiro mundial. Como disse um membro do Parlamento britânico, em 1822, “sob as circunstâncias presentes deste país [industrialização], é o dever de cada um, e mais especialmente do Legislativo, aumentar o comércio do país” (*Substance*, 1823, p. 10).

Com a recomposição do capital na passagem para o século XIX, esses “circuitos elétricos” ganham fluxo de carga, aumentam sua voltagem, aceleram-se, expandem-se mais violentamente. Tornam-se o que vou chamar de circuitos mercantis de alta produtividade, para diferenciá-los dos circuitos mercantis pré-industriais da primeira modernidade. Minha hipótese de trabalho é que é no interior dos circuitos mercantis

de alta produtividade que se percebe um hiato metabólico entre a economia industrial metropolitana e a economia escravista colonial; ou, dito de outra forma, que a crise da escravidão negra no Império britânico adquire sua especificidade histórica. Muitas vezes, o poder político de um grupo lobista é proporcional ao espaço dos circuitos mercantis que ele põe, ou pode pôr, em movimento. Comparar a força explícita desses grupos é comparar a geografia implícita que eles comandam.

CARIBE BRITÂNICO E OS NOVOS CIRCUITOS MERCANTIS DO CAPITAL

Quando, depois da queda de Napoleão, os porta-vozes do Caribe e da Índia se enfrentaram pelo controle do mercado açucareiro da Grã-Bretanha, abolicionistas, consumidores e manufatureiros simpatizaram com a causa dos “indianos”. Até então o açúcar das duas regiões era tributado de modo desigual, com tarifas preferenciais (mais baixas) estendidas ao produto caribenho, e os “indianos” pediam que ambos fossem admitidos na metrópole em pé de igualdade. “Apesar de suas diferentes motivações”, escreveu um estudioso do assunto, “a pauta da tarifa sobre o açúcar representou um ponto de convergência para abolicionistas, consumidores e interesses econômicos da Índia Oriental” (Major, 2012, p. 305). A energia desse grupo tão variado, sua envergadura e sua coesão não provinham estritamente do abolicionismo. O que alinhava os seus membros num eixo comum era uma percepção difusa do lugar que o Caribe ocupava na geografia da economia política imperial britânica. Um lugar

novo, simplesmente impensável fora das transformações materiais historicamente específicas então em curso naquele tempo³.

Na maior parte do século XVIII, o complexo mercantil escravista do Caribe havia desempenhado importante papel como espaço de provisão de alimentos baratos e consumo de manufaturas. É esse papel que a leitura tradicional da nova história econômica prolonga para o século seguinte, quando diz que a região teria mantido intacto o seu peso no conjunto da economia imperial britânica até a véspera da abolição da escravidão. Seymour Drescher insiste neste ponto com a paixão justificada que os números despertam: de 25% a 30% do total das exportações metropolitanas entre 1780 e 1820 foram destinadas às *West Indies*, uma marca d'água histórica, ao passo que dessas colônias provieram de 10% a 14% do total das importações da metrópole. O Caribe britânico nunca havia fornecido tanto açúcar à Grã-Bretanha como na Era das Revoluções, e a Grã-Bretanha nunca vendera tanta manufatura para o seu Caribe. “Um observador, olhando para trás em 1822, teria sentido a força dessa comparação”, escreve Drescher. “Até 1821, as *West Indies* foram responsáveis por uma quantidade maior do comércio externo britânico, tanto em importações como em exportações, do que haviam sido 50 anos antes” (Drescher, 1977, p. 19). O que se deve perguntar, porém, é se

os números da balança comercial bastam para provar que o Caribe continuava atendendo às necessidades sociometabólicas do capital no início do século XIX tal como havia feito anteriormente. Os debates públicos dos anos 20 dão a entender que não. A produção escravista do Caribe e seu protecionismo tarifário pareciam limitar a recomposição geográfica mundial dos circuitos mercantis de uma economia revolucionada pela industrialização.

Vejamos primeiro o problema da balança mercantil pelo lado da demanda de manufaturas. Tomar o espaço do destino oficial da mercadoria pelo espaço histórico onde o circuito mercantil se fecha pode ser um exercício de abstração geopolítica. No fim do século XVIII, a Grã-Bretanha relaxou as restrições do seu comércio colonial no Atlântico para fazer do seu domínio caribenhino um entreposto por onde escoar manufaturas para a América hispânica (Ryden, 2009). Uma das razões dessa política talvez radique na massificação do consumo do chá chinês como *doping* laboral da classe operária na Grã-Bretanha – isso obrigava Londres a remeter para o Oriente mais prata, o meio de troca favorito da China, portanto, a acessar mais fundo aquela fonte inesgotável da prata mundial que era a América hispânica. Outra causa possível, e não excludente, é a Independência dos Estados Unidos, que, reorganizando seu mercado pós-colonial com tarifas mais altas, podem ter induzido os britânicos à procura compensatória de mercados alternativos em outros lugares. Seja como for, o Caribe britânico continuou, ainda depois da queda de Napoleão (1815), como cabeça de ponte não oficial sobre os mercados da América hispânica, devido ao não reconhe-

3 Em geral, estudiosos se dedicam à controvérsia do livre-comércio do açúcar que tomou corpo depois da abolição da escravidão. Ver, por exemplo, Rice (1970) e Huzzey (2010). Ou diluem os debates sobre o açúcar do início da ordem mundial pós-napoleônica num arco de tempo mais amplo, como Williams (1943).

cimento das ex-colônias espanholas como Estados independentes pela Espanha. “Uma boa parte das exportações para o Caribe”, escreveu um britânico em 1823, “são para o continente espanhol” (Seeley, 1823, p. 13). “[É] bem sabido”, disse um acionista da East India Company (EIC), “que uma grande parte da produção dita como destinada ao Caribe escoou para o continente espanhol” (*Debates*, 1823, p. 8). Dos sete milhões de mercadorias em libras esterlinas despachados para o Caribe, escreveu outro publicista, “três quartos, pelo menos, têm sido exportados não para o consumo no Caribe, mas para a América do Sul espanhola” (Macaulay, 1823, p. 65). Com isso, queriam dizer que o volume comercial do Caribe britânico era conjuntural e desidrataria rapidamente (como de fato desidratou) com a iminente regularização do comércio entre a Grã-Bretanha e as novas repúblicas do continente. De sua parte, o *lobby* caribenho aceita as acusações com o recato e o silêncio de quem concorda. Tinha ciência das práticas mercantis cambiantes por trás da máscara de continuidade que os números emprestam às séries históricas da balança comercial.

Isso, sobre a demanda de manufaturas. Mas e a oferta de alimentos? Uma possível ressalva à tese da oferta elástica, proposta pela Nova História Econômica, é que prover muito açúcar não é prover do melhor açúcar, e sim, do açúcar mais barato. Os investidores britânicos haviam de fato comprado terras, equipamentos e escravos, permitindo que o consumo *per capita* de açúcar na Grã-Bretanha dobrasse entre 1790 e 1810 (Tomich, 2014b; Moreno Friginals, 1987, v. 1, graf. 1, p. 20). Alavancados pelo colapso do parque produ-

tivo de São Domingos (Haiti) e pelos altos preços das *commodities* tropicais durante as guerras revolucionárias atlânticas, atenderam não apenas à Grã-Bretanha, mas também aos mercados abertos continentais europeus. Porém, em movimento sincronizado, investidores de outras colônias também montaram fazendas novas ou expandiram a capacidade produtiva das antigas numa escala sem precedentes (Parron, 2021). Sua concorrência, em especial dos senhores de Cuba e Brasil, descarregou um choque de realidade sobre os britânicos. Em tom de alarme, a Society of West India Merchants, uma das células do *lobby* caribenho em Londres, detectou já em 1799 o “rápido progresso das colônias da Espanha na produção do açúcar e os recentes e animados esforços dos portugueses” (apud Ryden, 2009, p. 239). Em poucos anos, esses ibéricos incursionistas que nos campos de batalha acumulavam derrota atrás de derrota seriam senhores incontestáveis da Europa continental e dos Estados Unidos.

Por volta de 1807, um lobista do Caribe já considerava perdida a causa da região e perguntava por que o volumoso açúcar britânico não batia os concorrentes estrangeiros nos mercados abertos do Atlântico. No seu entender, o preço das terras e a cara importação de gado, cavalo e mula nas pequenas ilhas britânicas pesavam contra, ao passo que na espaçosa Cuba havia espaço físico para integrar a produção de açúcar e a criação de animais. No lado ocidental da ilha, obtinham-se “concessões ou lotes de terra por ninharia ou nada” para os engenhos; no centro e no oriente, havia condições ecológicas para procriar animais de tiro em larga

escala (as mesmas vantagens jogavam a favor do Brasil) (Spence, 1807, pp. 55-6). Alguns também alegavam que, com o tráfico negreiro transatlântico aberto, os ibéricos “podiam estender seu cultivo e bater nossos preços em qualquer mercado” (Seeley, 1823, p. 6). Outros diziam que a renda diferencial gerada pela produtividade do solo estava por trás da desigualdade de preços (Macaulay, 1823, p. 39). Outros ainda, que o problema radicava no sistema tarifário e nos fretes de guerra da Grã-Bretanha (Bosanquet, 1807, p. 77; Ryden, 2009, p. 268). Pode-se também indagar até que ponto o encarecimento generalizado da vida no interior da Inglaterra, com salários altos e moeda valorizada, não penetrou a mais mercantilizada das suas regiões coloniais, o Caribe, contribuindo para a majoração do preço do seu açúcar (Allen, 2009; Braudel, 1985, v. 2, p. 150 e segs.). Fossem quais fossem as causas, o resultado era consensual: “Cuba e o Brasil quadruplicaram seu cultivo”, e agora os “*estrangeiros* levam açúcares *mais baratos* ao mercado”. “Cuba e Brasil estão andando a passos largos para uma competição fatal com as colônias caribenhãs”, “eles praticamente bateram seus rivais” (Seeley, 1823, pp. 36-8). Para o desespero, claro, dos britânicos.

Ao contrário do que David Eltis (1987, pp. 3-16) escreveu, as pressões competitivas dos escravistas estrangeiros atingiam os senhores das *West Indies* de duas formas. Uma, direta, expulsando-os dos mercados abertos do Atlântico que os britânicos haviam abastecido nos anos 1790. A outra, indireta, fazendo barulho na esfera pública da metrópole contra o que era cada vez mais percebido como preços abusivos e

insustentáveis do seu próprio açúcar colonial. Na Grã-Bretanha, havia muito que o açúcar tinha passado de raridade a objeto de desejo, e agora também estava passando de objeto de desejo a artigo de consumo massificado, entrando na circulação mercantil que definia tanto o custo como a sociabilidade da reprodução social do trabalho assalariado. “Não é o açúcar uma necessidade da vida e tão indispensável quanto a cerveja?”, perguntou-se prosaicamente um panfletista (Seeley, 1823, p. 13). “Os trabalhadores da Inglaterra têm vivido em aflição ultimamente; e qual a causa? Havia deficiência de comida e roupa? Não, havia abundância de ambos”, disse outro (Cropper, 1822, p. 49). O que faltava era baixar o preço: “Nada senão o preço baixo é necessário para assegurar um consumo ampliado” (*Report*, 1822, p. 44). Dizer que o Caribe abastecia a metrópole é pouco. A Grã-Bretanha não precisava de açúcar, mas de açúcar barato. O que as fronteiras mercantis emergentes da escravidão no Brasil e em Cuba mostravam é que isso o seu próprio Caribe não podia dar.

Quem lê uma balança comercial também deve resistir à tentação fácil de apagar a multiplicidade interna do tempo que o capital contém. Enquanto Drescher estima a demanda do Caribe britânico por manufaturas da metrópole no tempo presente, nas suas variações de ano para ano, os lobistas da época crescem os olhos para a tendência e a ampliação potencial dos mercados. Em vez de excluir o futuro como um tempo que não existe, tomam o futuro como pressuposto do seu raciocínio sobre o presente. O que não deverá ocorrer, perguntou-se um fabricante, “se nosso consumo [de açúcar] *continuar crescendo*” e for mantido

“o sistema presente de administração, sob o qual os escravos *não parecem aumentar em número*”? (Cropper, 1822, p. 36, grifos meus). A resposta já despontava no horizonte inquieto das expectativas: o preço do açúcar subiria, afetando a reprodução social do trabalho assalariado, e o mercado consumidor colonial estagnaria, causando desemprego na metrópole. O Caribe, continua, é o único lugar do mundo onde “a demanda por trabalho não aumenta, como alhures, o número dos trabalhadores” (Cropper, 1822, p. 30), sendo que a massa de trabalhadores era decisiva tanto para baratear a oferta de alimentos como para ampliar o consumo de manufaturas. Em contraste, queixou-se outro publicista, as “ilhas espanholas e francesas, Suriname, Brasil [...] podem produzir mais barato que nossas próprias ilhas” (Prinsep, 1823, p. 29). Não só vender mais barato, mas também comprar em maior quantidade. “Devemos manter em mente que a exportação anual das nossas manufaturas à América do Sul e ao Brasil remonta agora a 7.000.000 de libras esterlinas.” *Remonta agora*: nada indicava que não subiria a valores ainda mais redondos e polpudos nos anos seguintes (*Substance*, 1823, p. 8).

Não é preciso seguir *ad nauseam* com a coleção de queixas, inquições, contrastes e comparações para perceber o que está em jogo nas origens do mundo pós-napoleônico. Formou-se então na Grã-Bretanha um diagnóstico cada vez mais consensual, capaz de albergar diversos grupos sociais, de que o complexo mercantil do Caribe colonial não tinha mais condições socioecológicas de acompanhar a conversão acelerada da metrópole num

espaço cada vez mais intenso de importação de alimentos e exportação de manufaturas. Longe de ser fenômeno endógeno, a percepção do hiato metabólico entre a Grã-Bretanha e suas colônias antilhanas passou pelo arranque das fronteiras mercantis escravistas externas ao Império britânico. Desde muito cedo o desempenho dos enclaves de *plantation* no Brasil e em Cuba entrou na avaliação da Grã-Bretanha sobre o seu escravismo colonial e sobre o lugar dele no conjunto da sua economia política: dotados de excedentes ecológicos, apoiados por uma política agressiva de proteção ao tráfico negreiro transatlântico, escorados de corpo e alma na propriedade escrava e nas relações sociais de dominação senhorial, eles se cacifavam para ser, e de fato foram, considerados zonas promissoras de produção barata e de consumo em larga escala. Como num movimento de gangorra, a crise do cativo nas Antilhas britânicas é inseparável do escravismo triunfante em Cuba e no Brasil. Tratar as economias agrárias escravistas das Américas como se fossem todas elas fios de um mesmo carretel, enrolados no mesmo ritmo da história (Tomich, 2015), é abstrair os espaços físicos e os espaços socialmente construídos que elas ocuparam na geografia mundial dos circuitos mercantis de alta produtividade do capital industrial. Nesse sentido, o acoplamento brasileiro e cubano aos novos ritmos sociometabólicos dos processos de acumulação ajudou a desalinhar as engrenagens imperiais da escravidão colonial caribenha. Contribuiu para torná-la politicamente vulnerável. Golpeou sua legitimidade. Até 1833, ano da emancipação escrava nas colônias de *plantation*

da Grã-Bretanha, o abolicionismo cresceria na sua própria casa tirando forças da força da escravidão em casa alheia.

TRANSCENDENDO O CARIBE: LIVRE-CAMBISMO NO OCIDENTE

Todos sabem, todos dizem a mesma coisa na Grã-Bretanha pós-napoleônica. As tensões que se formam nas relações globais de valor do capital industrial – *sub*produção de matérias-primas, *re*produção da força de trabalho, *super*produção de mercadorias – podem ser geridas pela manipulação dos circuitos mercantis. Era preciso descobrir mundos, abrir mercados para além do complexo econômico caribenho, redesenhar a constelação geográfica dos circuitos das mercadorias onde fosse possível. Mas saber o que fazer não é fazer o que se sabe. A Grã-Bretanha, esse país do Parlamento, berço das indústrias, paraíso dos banqueiros, a nação do chá, do algodão e, em breve, da rainha Vitória, essa Grã-Bretanha todopoderosa não conseguia manipular todos os mercados do mundo a seu favor. Um dos seus principais desafios estava na obstrução política sistemática dos mercados domésticos de diversas nações contra as suas manufaturas no Atlântico.

De fato, entre 1806 e 1814, o Bloqueio Continental de Napoleão tinha ceifado da Grã-Bretanha seus consumidores no Báltico, na Europa oriental e no Mediterrâneo. E, de 1815 em diante, depois que o imperador francês caiu e o bloqueio virou pó, um protecionismo tarifário se alastrou rapidamente de país em país, e isso pelas mais diversas razões. Desde a necessidade de saldar dívidas públicas assumidas durante as guerras

revolucionárias até o desejo de estimular um processo de substituição de importações, ou ainda de estabilizar a vida pós-revolucionária garantindo preços remunerativos a setores estratégicos locais, França, Confederação Germânica, Espanha e Estados Unidos elevaram suas barreiras tarifárias contra os têxteis da Grã-Bretanha (Beckert, 2014). São países que têm dinheiro, têm mercado, têm consumo, mas fazem questão de ser maus compradores para os britânicos: os barcos que partem de Havre, Nantes, Bordeaux, Cádiz, Marselha, Nápoles, Trieste e Charleston levam para a foz do Tâmisia tonéis de vinho, pipas de azeite, cargas de enxofre e fardos de algodão, mas voltam para casa comedidos em manufaturas. Não que a Grã-Bretanha fosse feita de outro barro. Também ela precisava pagar suas dívidas de guerra e apaziguar seus produtores nacionais. Seu protecionismo contra o trigo estrangeiro e o açúcar das colônias dos outros, suas *Corn Laws*, seus *Navigation Acts*, tudo isso é lendário. Seja como for, no seu conjunto, essas decisões de cada país no Atlântico Norte desenham regras tendenciais: restringir a circulação de bens que competem com suas economias domésticas (alimentos temperados, manufaturas) e estimular a circulação de bens que lhes são complementares (artigos tropicais em geral, com variações conforme a posse ou não de colônias). Antes que em qualquer outra parte, o livre-comércio realizou o seu ideal na periferia do mundo.

Diante de colônias caribenhas que *não podem* e de soberanias nacionais que *não querem* ampliar seus circuitos mercantis para manufaturas britânicas, Londres tem pela frente duas rotas de fuga. Uma consistia na adoção unilateral e irrestrita do livre-

-comércio. Como reconheciam os articulistas da época, o protecionismo pós-napoleônico afetava mais negativamente a Grã-Bretanha que as demais nações. Suas economias, afinal, tinham diferentes necessidades. “Outros países estão ansiosos por obter vantagens impondo restrições aos bens deste país. Mas nessa guerra de tarifas discriminatórias, essa taxação mútua sobre navegação e comércio, a Inglaterra vai sofrer”, pontuou Chandos Leigh nos anos 1820. Pois “o país altamente industrializado é o maior perdedor nesse cenário” (*Tracts*, 1832, p. 124). Nessas linhas quase se pode ler que a geografia mundial dos circuitos mercantis da nação industrializada é diferente da geografia das outras nações.

À necessidade de realização do valor das manufaturas se soma outra, a reprodução social do trabalho. O crescimento explosivo da população urbana inglesa entre 1780 e 1850, associado à proletarização e à sociomorfologia da separação entre casa e trabalho (Seccombe, 1995; Lefebvre, 1970; 2013), estava criando uma demanda alimentar agregada da qual o sistema de afolhamento quaternário da agricultura inglesa não conseguia dar conta, resultando no desgaste dos solos e no encarecimento da cesta básica (Tilzey, 2018; Overton, 1996). Numa sociedade em proletarização, esses sinais indicam mau tempo permanente para a economia: pois quando os salários estão se convertendo na única fonte de renda e a renda monetária está se tornando a única senha de acesso aos alimentos, o valor do salário se torna o valor da reprodução biossocial do trabalhador. Nesse quadro, o alimento deixa de ser valor de uso, um punhado de açúcar que, consumido, se põe fora da produção, e se transmuta em valor

do trabalho antes e depois de entrar no estômago que o devora: barato, aumenta o poder de compra dos salários sem mexer um centavo sequer no montante pago ao assalariado, isto é, reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da mão de obra. O alimento passa rapidamente de valor de uso a uma peça-chave na acumulação de capital.

Depois de 1815, a Grã-Bretanha discutiu apaixonadamente e pôs em prática a importação virtualmente *duty-free* de alimentos na maior escala e no menor preço possíveis. Como já notaram diversos especialistas, o país desenvolveu um regime alimentar livre-cambista de implicações mundiais: uma forma de financiar, produzir, comercializar e consumir alimentos em escala planetária como ação estratégica para diminuir o valor do trabalho assalariado. Um modo, enfim, de regulação e extração do mais-valor por meio do qual a economia política dos alimentos se tornou uma biopolítica mundial de controle de classe (Friedmann & McMichael, 1989; Araghi, 2003; McMichael, 2013; Tilzey, 2018).

Mas, por mais que multiplicasse milagrosamente a cesta básica da classe operária, um regime alimentar livre-cambista não era mil maravilhas. Um dos seus efeitos colaterais é que ele tendia a agravar o desequilíbrio da balança comercial britânica no Atlântico. Enquanto uma Grã-Bretanha *free trader* compraria mais alimentos de seus parceiros, seus parceiros protecionistas não comprariam mais manufaturas da Grã-Bretanha – não pelo menos na mesma proporção. Os otimistas gostavam de acreditar que, por influência moral, o cântico liberal de Londres ecoaria nas demais catedrais financeiras e políticas do mundo. Com

“a admissão mais franca de produtos das nações estrangeiras”, escreveu um dos predicadores nos anos 1820, talvez “aqueles países que aprenderam com ela [Grã-Bretanha] a excluir também aprendam com ela a reformar suas instituições” (Prinsep, 1823, pp. 10-1). Bonita a lição desse salmo. Mas que Estado se lançaria no abismo da boavontade alheia se não tivesse uma rede de segurança material para cobrir seus próprios déficits? O sucesso do regime alimentar livre-cambista britânico só foi possível porque, antes dele, Londres já tinha estabilizado seus circuitos mercantis globais de alta produtividade controlando fisicamente a economia da Índia.

TRANSCENDENDO O CARIBE II: NEOIMPERIALISMO NO INDO-PACÍFICO

A segunda saída para o capital britânico é, na verdade, a condição da primeira: dirigir o jogo mundial das trocas manipulando as fímbrias do sistema mundial. Vimos que a Grã-Bretanha usou o seu Caribe como torre de cerco para atacar a muralha do mercantilismo na América espanhola. E sabemos que ela aprofundou sua aliança estratégica com Portugal durante as guerras napoleônicas, escancarando o mercado colonial brasileiro para suas manufaturas com os Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação de 1810. Como escreveu em 1807 o diplomata português acionado para iniciar essas negociações em Londres, o “motivo que induz este governo [britânico] a ser tão ansioso de começar a fazer comércio com o Brasil” é “o estado inquieto dos fabricantes de várias partes

da Inglaterra; que por causa dos obstáculos que se lhe[s] têm suscitado os mercados da Europa [Bloqueio Continental], saltam as vistas para o vasto continente do Brasil”. Além do bloqueio, continua ele, Londres “naturalmente anima esta ideia” tanto “para conservar a imediata quitação deste país” como “para rebater a pressão que uma ruptura com os Estados Unidos pode causar entre os fabricantes” (apud Carvalho, 2012, p. 89; Arruda, 2008; Guimarães, 2008). A ruptura viria de fato a estourar na Guerra Anglo-Americana de 1812.

Tudo isso frequenta a roda dos eventos familiares. O que pouco se diz é que apenas um ano depois da Guerra Anglo-Americana, quando os Estados Unidos suspenderam de vez a compra dos têxteis britânicos, a situação tornou-se mais dramática para os “fabricantes”. E o Parlamento britânico resolveu então suprimir, durante a revisão da carta-patente da East India Company (EIC), o monopólio da empresa sobre as trocas entre a Grã-Bretanha e a Índia, abrindo a carreira do Oriente para quaisquer exportadores, credores, negociantes e armadores particulares. Dessa forma, Brasil e Índia compensam, como grandes básculas continentais, os desacertos no Atlântico Norte. Mas a diferença na alíquota das tarifas de importação nessas áreas de fronteira é a diferença entre a metáfora do *status* semicolonial e a realidade do *status* colonial. Na América portuguesa, a taxa caiu para 15% *ad valorem*, cota necessária para gerar divisas fiscais, mas insuficiente para armar um contra-ataque de substituição de importações. Na Índia, onde a verdadeira base fiscal da EIC era o *diwan*, o direito de coletar impostos dos

camponeses nas áreas sob sua administração direta, a tarifa de importação era de apenas 2,5%. Sabemos do peso do Brasil no comércio exterior da Grã-Bretanha. Ele absorveu 10% das suas exportações entre 1808 e 1812, atingindo índice anual de consumo médio *per capita* de bens britânicos 50% maior que os Estados Unidos em momentos de pico (Arruda, 2008, pp. 52-58; *American State Papers*, 1808-1812). Um desempenho impressionante, sem dúvida. Mas o que aconteceu na Índia foi ainda mais espetacular.

“Com a abertura do comércio privado deste país [em 1813]”, disse um parlamentar dez anos depois, “introduziu-se uma grande revolução no sistema do comércio da Índia; foi aberto para as manufaturas deste país um mercado que nem o mais otimista tinha antecipado” (*Substance*, 1823, Whitmore, pp. 4-5). Os fatos e os números fazem fila para prestar seu apoio ao orador. As exportações da Grã-Bretanha “para aquelas paragens têm progressivamente aumentado de menos de um milhão para mais de quatro milhões”, numa invasão liderada pelo setor algodoeiro (Prinsep, 1823, p. 15). Em 1815 a Grã-Bretanha exportara para a Índia só £109 mil em artigos de algodão. Sete anos depois, vendeu £1.2 milhão. Em jardas de tecido, suas remessas saltaram de 820 mil para 20 milhões no mesmo intervalo (*Substance*, 1823, pp. 4-5; *Debate*, 1823, p. 16). Nas contas do ábaco, isso era “mais que *dez vezes* em valor e mais que *vinte e três vezes* em quantidade num período de *oito anos!!!*”. “Mal se pode acreditar que em um período tão curto”, continuam todos, “se operou uma revolução comercial tão importante em sua natureza e consequências” (Prinsep, p. 17; *Report*, 1822;

Substance, 1823, pp. 4-5). Na sua mensagem ao Parlamento, negociantes, proprietários de navios e agentes comerciais de Londres pedem que o governo ponha nos pratos da balança não só os números presentes do Caribe e da Índia, mas também o potencial de crescimento de cada região: “Ao estimar a importância dos dois ramos do comércio”, escrevem, “não se ignore a imensa diferença na população das colônias orientais e ocidentais; enquanto o comércio com as orientais deverá atender à *demanda crescente* de uma população de 100 milhões, aquela das colônias ocidentais está *confinada* a uma população de 700 ou 800 mil” (“Petition”, 1823, pp. 338-40; *Debate*, 1823, p. 16). Contrastando demanda *crescente* e demanda *confinada*, é como se dissessem, não façam hoje o que alguns estudiosos farão amanhã.

Colonizar a Índia subordinando-a aos ritmos sociometabólicos do capital industrial é uma operação cheia de contradições, pois a civilização indiana tem suas próprias espessuras, sua lógica secular. Até o fim do século XVIII, os tecidos de algodão da Índia tinham circulado nos mercados orientais, no mar da Arábia, nas trocas com a África e até mesmo nas praças atlânticas europeias e americanas (Parthasarathi, 1998; Lemire, 2006; Barendse, 2009; Riello, 2010). Por volta de 1750, a Índia tecia 25% dos panos do mundo, e ainda em 1805 suas exportações geravam uma renda de 3 milhões de libras esterlinas (Cropper, 1822, p. 45) – para se ter uma ideia, é mais que o total de exportações do café do Brasil para os Estados Unidos 40 anos depois (Parron, 2015). Grande parte desse comércio escoava pela Grã-Bretanha, onde os tecidos eram consumidos ou repassa-

dos para outros portos atlânticos. Mas, no espaço de uma geração (1795-1815), tudo muda. A mecanização da fiação (1780s), o emprego crescente do carvão no lugar da água como energia motriz (1790 em diante), a mecanização da tecelagem (1810s em diante) e a oferta massificada de algodão cru barato granjeado na agricultura comercial escravista dos Estados Unidos diminuem o custo da produção da peça de algodão em 78%, entre 1784 e 1812 (Clark, 2005; Broadberry & Gupta 2009; Harley, 2010). Além de bater os concorrentes indianos no Ocidente, os panos da Grã-Bretanha infiltram-se nos armazéns e trapiches do próprio Indo-Pacífico. “Gradualmente, estamos superando o uso dos seus panos no continente da Ásia, nas ilhas do Arquipélago do Leste [Indonésia], em toda a América, norte e sul, na Europa e na África”, resume um articulista (Macaulay, 1823, p. 97).

O coro dos lobistas alerta uma, duas, cem vezes, contra os efeitos negativos dessa nova divisão internacional do trabalho. Sem mercados externos para suas manufaturas, a Índia corria o risco de ver desarranjada a extração de renda na forma de tributos (*diwani*), perder capacidade de consumir industrializados britânicos ou deixar de prover cargas de retorno para fechar o circuito mercantil (*Report*, 1831-1832, pp. 7, 60, 275, 323). “Desde que o comércio da Índia se abriu para a empresa dos negociantes privados”, escreveram os lobistas de Manchester, “o comércio desta cidade com a Índia aumentou enormemente”. Mas com a desarticulação das exportações da colônia, “a dificuldade de obter retornos lucrativos é uma grande obstrução à extensão mais ampla do nosso comércio”. Isso

era extremamente grave porque a Índia “compensa [*makes less felt*] a demanda diminuída que temos sentido do Caribe e dos Estados Unidos da América” (MCC, 15 de maio de 1822, fo. 84-86). “Destruímos as manufaturas de algodão da Índia”, disse um acionista da EIC; “essa ferida é bem profunda; lançamos nossos artigos no continente da Índia sem pagar tarifas de sequer um centavo; não pegamos nada deles sejam lá quais forem as condições” (*Debates*, 1823, p. 40). Não é preciso acreditar de olhos fechados nessa última fala, que traz um acento incontido de exagero dramático. Seu valor está na capacidade de projetar a tendência e antever o futuro, criando uma sensação generalizada, na altura, de que era preciso compensar o processo de substituição de importações no Atlântico com uma colonização de substituição de exportações na Índia, enfim, de reprimarizar a economia indiana. É justamente aí, mais uma vez, que a escravidão negra nas Américas entra em cena.

No início do século XIX, os britânicos tentavam estivar seus grandes veleiros ancorados nos portos indianos, aquela densa “floresta de mastros” (Seeley, 1823, p. 52), com artigos maciços ou potencialmente remuneratórios, como o algodão e o açúcar. Mas essas soluções, todas à mão porque os camponeses indianos conheciam e produziam aquelas mercadorias havia séculos, na verdade muito antes dos próprios europeus, são tão fáceis de imaginar como difíceis de fazer. A EIC não tinha controle empresarial sobre os mercados locais de terra, trabalho e capital na Índia. A posse fundiária na bacia do Ganges, por exemplo, se emaranhava em direitos costumeiros partilhados entre campone-

ses menores (*ryot*), camponeses de extratos superiores (*muqaddams*) e grandes senhores (*zamindars*); o processo do trabalho, realizado pelos camponeses, costumava escapar à supervisão direta dos senhores e dos líderes das vilas rurais; e a comercialização do excedente corria por conta de negociantes nativos, não de capitalistas estrangeiros. A civilização indiana impedia a livre entrada do capital europeu, limitando severamente sua capacidade de impor a escolha da mercadoria e de coordenar o processo do trabalho conforme a escala e o gabarito de qualidade esperados, desde a limpa do terreno, o plantio e a capina até a safra, a preparação e a comercialização do produto (Habib, 2015; Bosma, 2013; Radledge, 2004; Ludden, 1990).

Mesmo que parcialmente regido pelo capital britânico, o campesinato da Índia pouco podia contra as fronteiras mercantis da escravidão negra nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil, montadas, segundo a lógica do valor, sobre sistemas sociais altamente coercitivos e solos de alto rendimento. O cenário é mais particularmente sensível com o algodão. Embora a Índia tivesse fornecido a fibra em larga quantidade por alguns anos depois da abertura comercial de 1813, a montagem de áreas de cultivo sobre solos espessos de calcário negro do Alabama e nas terras aluviais do Baixo Mississippi, aberto à navegação a vapor em 1817, estrangulou a oferta indiana. Devido ao preço, à qualidade, à quantidade e à regularidade da oferta norte-americana, a participação do algodão cru indiano no mercado britânico despencou de 32% para 6% entre o triênio 1817-1819 e o triênio 1820-1822 (Mann, tab. 27, 1860, p. 126). Isso bem quando

o volume das exportações de têxteis da Grã-Bretanha para a Índia passava por sua “revolução inesperada”. É para espantar que a discussão sobre o açúcar tenha explodido justamente no início dos anos de 1820? “E se o algodão não vier aqui em competição com aquele da América [Estados Unidos]?”, perguntou um parlamentar preocupado. “Nossa exportação deve ser limitada pelo valor dos retornos”, concluiu com obviedade (*Substance*, 1823, Keith Douglas, p. 12).

Que esperar da outra opção dos britânicos, o açúcar? Virtualmente barrado na metrópole pelas tarifas diferenciais a favor do Caribe, o açúcar da Índia estava autorizado a entrar em quaisquer mercados consumidores dinâmicos do Atlântico, como os Estados Unidos e os países continentais da Europa, em especial os desprovidos de colônias. Desenhando um roteiro triangular, um *East Indiaman* podia descarregar tecidos na Índia, retornar dali com açúcar nativo, revender a carga numa escala em (digamos) Hamburgo e voltar para casa com a sensação de missão cumprida. Na realidade, porém, os mercados abertos do Atlântico estavam nas mãos daqueles escravistas inconvenientes de Cuba e do Brasil. “O Continente é abastecido com açúcar estrangeiro mais barato do que podemos prover vendendo o nosso”, resumem os lobistas (Seeley, 1823, p. 40). Como sempre, a questão não é só de preço, mas também de técnica e qualidade. Os camponeses na hinterlândia de Calcutá empregavam energia humana para movimentar as moendas. Por retardar a extração do sulco da cana cortada, esse tipo de moagem gerava ácidos que destruíam partículas de sacarina, diminuindo a doçura do produto, bem como

seu rendimento durante a purificação do cristal nas refinarias do Atlântico (*East India Sugar*, 1823, p. 22). Mais uma vez, as grandes personagens escravistas do século XIX imprimem seu selo sobre o destino do colonialismo britânico. Além do que fazem, destacam-se pelo que não deixam fazer.

Mas a sorte do açúcar ainda pendia de um fio de esperança que mercadorias como o algodão não eram dadas a ter. O mercado consumidor da Grã-Bretanha estava cuidadosamente resguardado contra o açúcar brasileiro e cubano devido ao mercantilismo que protegia as *West Indies*, e tudo indicava que ele cresceria acima da capacidade de oferta das colônias antilhanas. Em cerca de 1800 o consumo britânico fora de 67 mil toneladas, em 1820 saltara para 150 mil. “Desde 1816 o consumo cresceu 30 mil toneladas, e está claro que, com a crescente população deste país, o consumo continuará a crescer” (*Substance*, 1823, pp. 1-2). Se o açúcar da Índia ganhasse a chave de acesso a esse tesouro protegido, acreditava-se que bateria o seu concorrente das Antilhas britânicas, resolvendo uma série de problemas de um só golpe. Além de gerar uma gorda fatia de lucro para os negociantes que proliferavam na carreira da Índia desde 1813, fecharia os circuitos mercantis da exportação de manufaturas para o Indo-Pacífico e baratearia uma das principais fontes de caloria na dieta da classe trabalhadora britânica. “A ampliação da venda de nossas manufaturas no Oriente criaria um aumento correspondente do emprego em casa; e essa circunstância, combinada com a diminuição do preço do açúcar, colocaria o artigo em geral ao alcance dos pobres”

(*Report*, 1822, p. 45). Industrialização, protecionismo no Ocidente, massificação do consumo no Oriente, reprodução social da força de trabalho assalariada, neoimperialismo: tudo no horizonte de uma frase. E tudo no horizonte de uma decisão: bastava eliminar as tarifas diferenciais entre o açúcar das *West Indies* e o açúcar da Índia.

De 1820 a 1833, ano da abolição da escravidão colonial, o debate sobre o açúcar entre o *lobby* caribenho e o *lobby* indiano atinge um nível de paixão desesperada. É sempre possível dizer que a “oposição deles [produtores do Caribe] era quase uma coisa dada, tendo em vista que sua economia dependia na maior parte do açúcar”, e que, “portanto, o conflito entre os interesses mercantis das duas Índias era quase inevitável” (Radledge, 2004, p. 23). Mas essa inevitabilidade, se houve, não parece intrínseca às *West Indies*; diria, antes, que ela coevoluiu com a expansão de outras fronteiras mercantis do açúcar nas Américas, as zonas da chamada “segunda escravidão” (Tomich, 2004). É como se os dois *lobbies* agissem convencidos de que os mercados abertos do Atlântico eram terras inalcançáveis, onde os concorrentes faziam sua fortuna e que o mercado cativo de açúcar da Grã-Bretanha era a sua última, a sua única tábua de salvação. Implicitamente, reconheciam que os espaços mais vibrantes do escravismo nas Américas tinham empurrado a rede dos produtores coloniais da Grã-Bretanha para uma feroz concorrência intercolonial no interior do próprio Império britânico. Nas palavras de um acionista da East India Company, “os mercados abertos parecem uma arena romana que ninguém quer pisar: quando os colonos do Caribe nos dizem,

‘vão para o mercado estrangeiro do Continente’, como [é] fácil responder: ‘vão lá vocês’” (*Debates*, 1823, p. 46). A história tem seus maravilhosos golpes de teatro, como a divisão internacional do trabalho que a Revolução Industrial criou: não é que ela refez, sob pressão das fronteiras mercantis da segunda escravidão, a divisão imperial do trabalho entre os próprios domínios da Grã-Bretanha?

A contenda sobre o açúcar colonial nunca foi sobre o açúcar colonial. Suas origens remontam às necessidades sociometabólicas do capital industrial de ampliar a geografia dos seus circuitos mercantis para baratear a produção do valor e realizar o valor produzido. E seu desenvolvimento desembocou num debate amplo sobre o destino da escravidão negra, os modelos de colonização para o século XIX e a economia política imperial da Grã-Bretanha. Aos poucos, o açúcar mais barato da Índia Oriental ia servindo de contraprova empírica para o lugar-comum, questionável porém ventilado na economia política clássica, de que “o trabalho livre custa menos que o dos escravos” (*Substance*, 1823, p. 12). Ao lado de Ricardo, Huskisson era a maior autoridade viva da economia política inglesa, e sua opinião se revestia de valor probatório intrínseco. “O açúcar do Caribe britânico”, disse outro repetindo-o, “também deve ser sempre mais caro que o do Oriente; e a razão [é] que ele [é] compelido a empregar trabalho escravo, o qual sempre foi mais caro que qualquer outro trabalho” (*Debates*, 1823, p. 10). Na escravidão, insistem, “a energia mental e a física do escravo parecem se contrair para dimensões menores” e esperar que “um sistema de escravidão [...] entre em

competição bem-sucedida com um sistema de trabalho livre é dar mostras de ignorância absoluta de todos os atributos da humanidade” (*East India Sugar*, 1823, p. 94). Essas frases sugerem que a diferença de preço – sempre objetiva, sempre mensurável – do açúcar da Índia e do Caribe estava sendo elevada à condição – nada objetiva, nada mensurável – de prova da ineficiência econômica da escravidão, apagando-se todo um universo de relações socioecológicas constitutivas do valor e dos custos de produção. Mas que importavam essas technicalidades conceituais perante a presença concreta dos preços? Com enorme eficiência performativa, o argumento guiava o coração das pessoas e as práticas institucionais. Universal e abstrato, o preço ajudou a abstrair e universalizar a mensagem do antiescravismo.

Não é um mero acaso que os pontos de vista particular e universal tenham cabido, respectivamente, ao *lobby* do Caribe e ao *lobby* do Indo-Pacífico durante uma disputa que também evoluiu para um debate sobre os padrões de colonização em jogo. Os caribenhos alegaram que o seu acesso exclusivo ao mercado metropolitano era um direito estabelecido pelo antigo pacto mercantilista, firmado no século XVII e ampliado no seguinte. Que não se podia romper o pacto sem violar aquele direito. Contra esse pano de fundo, seus adversários articularam uma visão universalista que sugeria um novo modelo de colonização. Primeiro, falaram em nome dos consumidores: “Ceder à requisição dos colonos do Caribe”, diziam, “seria sacrificar o interesse de 120 milhões de súditos britânicos ao de menos de um milhão”, pois havia uma “terceira parte interessada

na questão: [...] o consumidor” (*Report*, 1822, p. 19; Seeley, 1823, p. 9). Depois, de todos os contribuintes: “O governo das colônias caribenhas é mantido a um enorme custo coberto [...] pelos impostos cobrados do público britânico” (*Report*, 1822, p. 36; *Debates*, 1823, p. 12), ao passo que a colonização da Índia era paga pelo recolhimento dos *diwani*. A seguir, pelos colonizados da Índia: “O aumento de nosso intercurso com o Oriente significa muito provavelmente melhorar a condição, informar o espírito e por aí tender a remover a idolatria e a superstição do povo” (Cropper, 1822, p. 34). Por fim, em nome dos próprios escravos: a ruína econômica das *West Indies* melhoraria a condição deles antecipando a emancipação (Cropper, 1822; Macaulay, 1823; *Substance*, 1823). Trabalho livre, massificação do consumo, barateamento da produção e imperialismo barato, tudo convergia para o mesmo ponto. É para admirar que a Câmara de Comércio de Manchester tenha se recusado a apoiar o *lobby* do Caribe quando o Parlamento aboliu a escravidão em 1833 (MCC, 7 de abril de 1832, fo. 375-376)? Três anos depois, as tarifas de açúcar foram finalmente equalizadas.

O controle político da Índia se tornou a pedra angular dos circuitos mercantis globais da economia industrial britânica. Sozinhas, a Índia e a China, dos mais de 50 clientes que Londres servia ao redor do mundo, cobriram 48% da taxa de expansão das exportações britânicas de tecidos de algodão entre 1820 e 1852. Seu desempenho confirmava cada uma das primeiras projeções dos lobistas orientais sobre o potencial de crescimento do Indo-Pacífico

como espaço de consumo e produção de mercadorias. Enquanto em 1820 as compras da Índia e da China eram 80% das compras do Caribe, a contar de 1827 tomaram a dianteira e, em 1852, o valor de suas importações de tecidos de algodão já era 1.000% maior que o das Antilhas (*Tables*, 1820-1852). Nem tudo, porém, saiu como esperado. A exportação do açúcar indiano de fato arrancou entre os anos 1820 e 1850, mas acabaria abastida pela produção cubana quando a Grã-Bretanha abriu seu mercado para todos os provedores do mundo em 1846. Por outro lado, o próprio Indo-Pacífico jogaria seu papel decisivo. O polígono formado por Calcutá, Penang, Singapura, Batávia, Macau e Cantão compraria grande parte dos excedentes agrícolas comercializáveis da Índia (ópio, arroz, açúcar), estimulando a capacidade importadora da colônia e consolidando o chá chinês como carga de retorno para Londres.

Graças à nova geografia dos seus circuitos mercantis, a Grã-Bretanha teve condições de exercer sua conhecida hegemonia mundial nos campos da política econômica e monetária. Junto aos pagamentos invisíveis (comissões, taxas de corretagem, seguros, fretes), o superávit comercial de Londres no Oriente aliviou seu déficit crônico no Atlântico Norte. Esse movimento de compensação protegeu as reservas de ouro do Banco da Inglaterra, base da convertibilidade, da valorização e da estabilização da libra esterlina, pois dispensou Londres de usar o metal para saldar suas contas no Ocidente (Ingham, 1984; 1994). Sem a reconfiguração mundial do seu império, que baqueou a escravidão negra

no Caribe, dificilmente a Grã-Bretanha teria estabilizado a libra esterlina como dinheiro mundial e tido condições materiais para se lançar na aventura errante e sem precedentes do livre-comércio. É quase irresistível traçar um paralelo entre tempos e espaços. Se é verdade que, no século XVIII, a Grã-Bretanha não teria corrigido sua balança comercial e estimulado suas indústrias incipientes sem o complexo mercantil atlântico centrado no Caribe (Jacob Price, 1978; Inikori, 2002; Solow, 1985; Blackburn, 1997; Zahedieh, 2013; Wright, 2019), será menos verdade que, sem o Indo-Pacífico, ela teria sustentado suas indústrias maduras, corrigido sua balança de pagamentos e ancorado a libra esterlina como dinheiro mundial? Cada processo de acumulação solicita sua geografia planetária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O DECLÍNIO CARIBENHO COMO UM EVENTO GLOBAL

Os especialistas na história do Caribe não têm uma palavra a dizer sobre a Índia. Os especialistas no Indo-Pacífico não falam do Caribe. Quem trata dos assuntos britânicos ignora Brasil, Cuba, Estados Unidos, e quem estuda esses lugares devolve a gentileza aos britânicos. Neste ensaio, esbocei uma leitura alternativa. Da primeira à última linha, sugeri que é necessário reagrupar as geografias particulares das nações no conjunto dos circuitos mercantis que se abrem em rede sobre o mundo no início do século XIX. Pois tudo depende do espaço, tudo depende do tempo: as questões, as respostas, as dúvidas.

Como vimos, o modo por que a vida mundial se relaciona com o capital britânico determina o alcance e o poder do escravismo colonial caribenho sobre as decisões políticas de Londres. Num Atlântico protecionista contra bens manufaturados e diante de mercados abertos de *commodities* tropicais dominados por produtores escravistas (Brasil, Cuba, Estados Unidos), o ímpeto de ampliação dos circuitos mercantis da Grã-Bretanha rebate de volta para dentro do seu império e explode no Parlamento em Londres, onde se mescla com os problemas da escravidão negra e do pacto colonial mercantilista. Os sinos começam então a dobrar pelo Caribe. Sem reservas socioecológicas para nivelar o preço do açúcar com o de outras potências escravistas e expandir o seu mercado consumidor de manufaturas, o antigo centro do colonialismo britânico se provincializa, e o debate público sobre a escravidão negra se torna inseparável do debate mais amplo sobre a reprodução do capital, a economia política do Império e a geopolítica mundial da Grã-Bretanha. Abstrair a discussão sobre a escravidão negra no Caribe da discussão sobre a organização política do espaço econômico imperial que estabiliza Londres sobre a totalidade do mundo: como qualificar isso senão de violência à história?

Se a decadência da escravidão, na terminologia de Williams, é uma expressão forte que não traduz com fidelidade o dinamismo contábil das *plantations* caribenhas, não resta dúvida de que o escravismo colonial britânico vai perdendo posições para os cubanos, os brasileiros e outros produtores, num apagamento progressivo do seu brilho perante um

mundo que não controlam. Eric Williams diz ainda que, no início do século XIX, produtores caribenhos se prenderam a uma agenda mercantilista antiga quando o relógio da história já tinha mudado de turno. A afirmação vale e não vale ao mesmo tempo. Eles de fato defenderam uma pauta mercantilista. Mas não se agarraram a um arcaísmo inveterado. No século XVIII, os senhores do Caribe haviam lutado pelo direito de comerciar livremente com a república dos Estados Unidos e a Europa continental (Ryden, 2009, pp. 103-4). Só no século XIX, quando não acreditam mais na sua capacidade de capturar mercados estrangeiros, eles buscam refúgio no protecionismo. Seria errado considerar o mercantilismo caribenho do século XIX um prolongamento residual da economia política do antigo regime. Ele é, em parte, criação das

pressões competitivas do século XIX: as necessidades sociometabólicas do capital industrial, a intensificação do neocolonialismo no Indo-Pacífico, a competitividade das fronteiras escravistas emergentes nas Américas. O passadismo do Caribe é uma invenção moderna. Invenção que o torna presa fácil do abolicionismo.

A beleza da história é que os senhores dos Estados Unidos, Cuba e Brasil também foram artífices inconscientes do seu destino. Ao contribuir para a destruição dos escravistas das *West Indies*, num processo mediado por relações de mercado, pela economia política imperial britânica e por conflitos sociopolíticos locais, criaram as condições de possibilidade histórica para a ascensão do abolicionismo como força mundial dentro e fora da Grã-Bretanha. No momento do seu triunfo, abriram a antecâmara da sua própria destruição.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. "Einleitung", in Adorno et alii (orgs). *Positivismustreit in der deutschen Soziologie*. Berlin, Neuwied, Luchterhand, 1969.
- ADORNO, T. W. "Soziologie und empirische Forschung", in *Soziologische Schriften*. Frankfurt, Suhrkampff, 1972 [1957].
- ALLEN, R. *The British Industrial Revolution in global perspective*. Cambridge, Cambridge University Press, 2009.
- AMERICAN STATE PAPERS. *Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States. Commerce and Navigation*. Vol. 1: 1789-1815. Washington, Gales and Seaton, 1832.
- ANSTEY, R. "The volume and profitability of the British slave trade, 1761-1807", in S. L. Engerman; E. D. Genovese (orgs). *Race and slavery in the western hemisphere: quantitative studies*. Princeton, PUP, 1975, pp. 3-31.

- ARAGHI, F. 2003. "Food regimes and the production of value: some methodological issues". *The Journal of Peasant Studies*, 30 (2), pp. 337-68.
- AUFHAUSER, R. K. "Profitability of slavery in the British Caribbean". *Journal of Interdisciplinary History*, 5, pp. 45-67, 1974.
- BACKHAUS, H.-G. *Dialektik der Wertform: Untersuchungen zur Marxschen Ökonomiekritik*. Freiburg, Ca ira, 1997.
- BECKERT, S. *Empire of cotton: a global history*. New York, Alfred Knopf, 2014.
- BLACKBURN, R. *The making of new world slavery: from the baroque to the modern, 1492-1800*. Londres, Verso, 1997.
- BLACKBURN, R. *The overthrow of colonial slavery*. Londres, Verso, 1988.
- BLACKBURN, R. *The American crucible: slavery, emancipation, and human rights*. Londres, Verso, 2013.
- BOSANQUET, C. *Thoughts on the value, to Great Britain, of commerce in general*. Londres, Dowall, 1807.
- BOSMA, U. *The sugar plantation in India and Indonesia: industrial production, 1770-2010*. Cambridge, Cambridge University Press, 2013.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. "Towards a new epistemology of the urban?". *City* 19 (2-3), pp. 151-82, 2015.
- BROWN, C. L. *Moral capital. Foundations of British abolitionism*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2005.
- BUNKER, S. G. *Underdeveloping the Amazon. Extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state*. Chicago, Chicago of University Press, 1985.
- BURKETT, P. *Marx and nature: a red and green perspective*. New York, St. Martin's Press, 1999.
- BURNARD, T.; GARRIGUS, J. *The plantation machine: atlantic capitalism in French São Domingos and British Jamaica*. Filadélfia, Univ. Pennsylvania Press, 2016.
- CARVALHO, D. C. A. B. e M. de. *D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho: um diplomata português na corte de Londres (1807-1810)*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora, UFJF, 2012.
- CICCANTELL, P. S.; SMITH, D. A. "Nature, raw materials, and political economy: an introduction", in P. S. Ciccantell; D. Smith, G. Seidman (orgs.). *Nature, raw materials, and political economy*. Amsterdã, Elsevier, 2005.
- CLARK, G. "The British Industrial Revolution, 1760-1860". Course Notes. Spring. Davis, CA, University of California, 2005.
- CROPPER, J. *Letters addressed to William Wilberforce, Recommending the encouragement of the cultivation of sugar in our dominions in the East Indies*. Liverpool, Longman, 1822.
- DEBATES at the general court of proprietors of East-India stock on the East-India sugar trade*. Londres, Cox and Baylis, 1823.
- DRESCHER, S. *Abolition: a history of slavery and antislavery*. Nova York, Cambridge University Press, 2009.
- DRESCHER, S. *Econocide: British antislavery in the era of abolition*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2010.
- DRESCHER, S. *The mighty experiment: free labor verss slavery in British emancipation*. Oxford, Oxford University Press, 2002.
- DRESCHER, S.; EMMER, P. *Who abolished slavery: slave revolts and abolitionis – a debate with João Pedro Marques*. Nova York, Berghahn Books, 2021.
- EAST INDIA SUGAR, or Inquiry respecting the means of improving the quality and reducing the Cost of Sugar raised by Free Labour in the East Indies*. Londres, Hatchard, 1824.
- ELTIS, D. *Economic growth and the ending of the Transatlantic slave trade*. Oxford, Oxford University Press, 1987.
- ENGERMAN, S. L. "The slave trade and British capital formation in the Eighteenth century: a comment on the Williams Thesis". *Business History Review*, 46, 1972, pp. 430-43.

- ENGERMAN, S. L.; ELTIS, D. "The importance of slavery and the slave trade to industrializing Britain." *Journal of Economic History*, 60, 1, 2000, pp. 123-44.
- FOGEL, R. W. *Without consent or contract: the rise and fall of American slavery*. Nova York, Norton, 1994.
- FOSTER, J. B. *Marx's ecology: materialism and nature*. Nova York, Monthly Review Press, 2000.
- FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. "Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present". *Sociologia Ruralis*, XXIX, 2, 1989, pp. 93-117.
- GUIMARÃES, C. G. "O comitê de 1808 e a defesa dos interesses dos negociantes ingleses com a corte no Brasil". *Revista de Humanidades*, UFRN, v. 9, n. 24, set.-out./2008.
- HABIB, I. *Essays in Indian history: towards a marxist perception*. Nova Delhi, Tulika, 2015.
- HARLEY, K. "Prices and profits in cotton textiles during the Industrial Revolution". *University of Oxford Discussion Papers in Economic and Social History*, n. 81, 2010.
- HARVEY, D. *The limits to capital*. Londres, Verso, 2018.
- HOBBSAWM, E. *Industry and empire: from 1750 to the present day*. Nova York, Penguin, 1999.
- HUZZEY, R. "Free trade, free labour, and sugar slave in Victorian Britain". *The Historical Journal*, v. 53, n. 2, 2010, pp. 359-79.
- INIKORI, J. E. *Africans and the Industrial Revolution in England: a study in international trade and economic development*. Cambridge, CUP, 2002.
- KOSIK, K. *Dialectics of the concrete: a study on problems of man and world*. Boston, Reidel, 1976.
- LEFEBVRE, H. *The urban revolution*. Minneapolis, The University of Minnesota Press, 2003.
- LEMIRE, B. "Plasmare la domanda, creare la moda: l'Asia, l'Europa e il commercio dei cotone indiani (XIV-XIX secc.)". *Quaderni Storici*, 46/122, 2006, pp. 481-508.
- LUDDEN, D. "World economy and Village India 1600-1900: exploring the agrarian history of capitalism", in *South Asia and world capitalism*. Ed. Sugata Bose. Nova York, Oxford University Press, 1990, pp. 159-177.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2021.
- MACAULAY, Z. *East and West India Sugar, or a refutation of the claims of the West India colonists to a protecting duty on East India Sugar*. Londres, Lupton Relfe, 1823.
- MAJOR, A. *Slavery, abolitionism and empire in India, 1772-1843*. Liverpool, Liverpool University Press, 2012.
- MANCHESTER CHAMBER of Commerce (MCC), fundo M8, 2, 2.
- MANN, J. A. *The cotton trade of Great Britain: its rise, progress and present extent*. Londres/Manchester, Simpkin, Marshall & Co./Joseph Thompson & Son, 1860.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo, Boitempo, vols. 1-3, 2013-2017.
- MASSEY, D. "Imagining globalization: power-geometries of time-space", in A. Brah; M. J. Hickman; M. M. Ghail (eds.). *Global futures. Explorations in sociology*. Londres, Palgrave Macmillan, 1999.
- MATTHEWS, G. *Caribbean slave revolts and the British Abolitionist Movement*. Baton Rouge, Louisiana University Press, 2006.
- McMICHAEL, P. *Food regimes and agrarian questions*. Halifax, Fernwood, 2013.
- MINTZ, S. *Sweetness and power: the place of sugar in modern history*. Nova York, Viking Penguin, 1985.
- MOORE, J. W. *Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital*. Londres, Verso, 2015.
- VERTON, M. *Agricultural revolution in England: the transformation of the agrarian economy, 1500-1850*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

- PAQUETTE, G. *The European seaborne empires: from the Thirty Year's War to the Age of Revolutions*. New Haven, Yale University Press, 2018.
- PARRON, T. "The great transformation: world capitalism and the crisis of slavery in the Americas", in D. Tomich; P. Lovejoy (orgs.). *The Atlantic and Africa: the second slavery and beyond*. Nova York, Suny, 2021.
- PARTHASARATHI, P. "Rethinking wages and competitiveness in the eighteenth century". *Past and Present*, 158, 1998, pp. 79-109.
- "PETITION from the merchants, ship-owners, and others, concerned in the trade to the East Indies". *Hansard, Parliamentary Debate*. Casa dos Comuns, 3 de março de 1823, pp. 338-40.
- PIKETTY, T. *Capital et idéologie*. Paris, Seuil, 2019.
- POLANYI, K. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston, Beacon Press, 2001.
- PRICE, J. "Colonial trade and British economic development, 1660-1775". *Lex et Scientia*, 14, 1978, pp. 101-26.
- PRINSEP, John. *Suggestions on freedom of commerce and navigation more especially in reference to the East India Trade*. Londres, Ridgway, 1823.
- REPORT of a Committee of a Liverpool East India Association, Appointed to Take into Consideration the Restrictions on the East India Trade*. Liverpool, James Smith, 1822.
- REPORT of the Select Committee on East India Company's Affairs, 1831-1832*. British Parliamentary Papers, Colonies, East Indies.
- RICE, D. "'Humanity sold for sugar!' – The British abolitionist response to free trade in slave-grown sugar". *Historical Journal*, 13, 1970, pp. 402-18.
- ROSDOLSKY, R. *The making of Marx's "Capital"*. Londres, Pluto Press, 1977.
- RYDEN, D. B. *West Indian Slavery and British Abolition, 1783-1807*. Cambridge, Cambridge University Press, 2009.
- SECCOMBE, W. *Weathering the storm: working-class families from the Industrial Revolution to the fertility decline*. Londres, Verso, 1995.
- SEELEY, J. *A few hints to the West Indians on their present claims to exclusive favour and protection*. Londres, Kingsbury, 1823.
- SOLOW, B. L. "Caribbean Slavery and British Growth: the Eric Williams Hypothesis". *Journal of Development Economics*, 17, 1985, pp. 99-115.
- SPENCE, W. *The radical cause of the present distress of the West-India planters pointed out*. Londres, Hanford, 1807.
- SUBSTANCE of a Debate in the House of Commons on the Motion of Mr. W. W. Whitmore*. Londres, Brickwood, 1823.
- SWYNGEDOUW, E. "Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale", in K. R. Cox (org.). *Reasserting the power of the local*. Nova York, The Guilford Press, 1997.
- TABLES of the Revenue, Population, Commerce, etc. of the United Kingdom and its Dependences*. Londres, 1820-1852.
- TILZEY, M. *Political ecology, food regimes, and food sovereignty: crisis, resistance, and resilience*. Cham, Palgrave Macmillan, 2018.
- TOMICH, D. "Commodity frontiers, conjuncture, and crisis: the remaking of the Caribbean sugar industry, 1783-1866", in J. Laviña; M. Zeuske (orgs.). *The second slavery: mass slaveries and modernity in the Americas and in the Atlantic Basin*. LIT Verlag, Berlin and Zürich, 2014b.
- TOMICH, D. "Preface", in E. E. Williams. *The economic aspect of the abolition of the West Indian slave trade and slavery*. World Social Change. Lanham, Rowman & Littlefield, 2014.
- TRACTS, written in the years 1823 and 1828* [C. Leigh]. "On Free Trade, Pensions and Salaries, and Currency". Warwick, Merridew, 1832, p. 124.

- WALLERSTEIN, I. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. São Paulo, Ideias&Letras, 2006.
- WILLIAMS, E. E. "Laissez faire, sugar and slavery". *Political Science Quarterly*, 58, 1943, pp. 67-85.
- WILLIAMS, E. E. *Capitalism & slavery*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1994.
- WILLIAMS, E. E. *The economic aspect of the abolition of the West Indian slave trade and slavery*. World Social Change. Lanham, Rowman & Littlefield, 2014.
- WOOD, E. M. *The Ellen Meiksins Wood reader*. Leiden, Haymarket Books, 2013.
- WRIGHT, G. "Slavery and Anglo-American capitalism revisited". Working paper. Stanford University, May/2019.
- ZAHEDIEH, N. "Colonies, copper, and the market for inventive activity in England and Wales, 1680-1730." *Economic History Review* 66(3), 2013, pp. 805-25.